



EIXO 2 - O MUNICÍPIO COMO LOCAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

REFLEXÕES SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM BAIRROS PERICENTRAIS DE BH: estudo de caso do bairro do Carmo

PAZ, SARAH

Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura
E-mail: vpssarah@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga a situação do patrimônio arquitetônico no bairro Carmo, situado na região Sul de Belo Horizonte. Partindo de um levantamento sobre o patrimônio arquitetônico (seja esse tombado ou não) da cidade foi possível perceber uma concentração de estudos e políticas de preservação do patrimônio em edificações dentro do limite da Avenida do Contorno, e uma escassez de estudos e levantamentos sobre o patrimônio em bairros pericentrais (bairros que estão ao redor da Avenida do Contorno). Diante dessa carência de dados, a pesquisa se propõe em eleger um desses bairros para se aprofundar sobre o patrimônio arquitetônico dele. O bairro escolhido foi o Carmo, por ser um bairro antigo (a ocupação dele data do início do século XX), por ter uma demanda de estudos sobre a arquitetura dele e pelo tamanho reduzido que possibilita o mapeamento e análise das edificações. Diante disso, o trabalho busca por meio de um levantamento bibliográfico sobre a história do bairro, de visitas a campo e de mapeamento do uso, verticalização e linguagem arquitetônica das edificações do bairro fazer um diagnóstico da atual situação do Carmo. A partir do levantamento desses dados, notou-se que o bairro mantém sua característica original de ser predominantemente residencial, apesar de que atualmente predominam os edifícios residenciais e não as casas uni familiares como era no início da ocupação do bairro. Além disso, a região, apesar de ser uma área pequena, apresenta grande diversidade em relação às linguagens arquitetônicas das edificações, tendo exemplos de linguagens do ecletismo, neocolonialismo, modernismo popular e a do hibridismo (linguagem arquitetônica das casas construídas na década de 1940 até 1960, nas quais há uma mistura das linguagens arquitetônicas). Nota-se também que a área tem sofrido com o processo de verticalização e de pressão imobiliária, intensificados a partir dos anos 2000. Esse processo gera a demolição das residências originais do bairro, que são substituídas por prédios residenciais, e com isso ocorre um apagamento da história do bairro. Com base nesse diagnóstico foi possível identificar áreas no bairro que concentram edificações que tem importância arquitetônica e histórica. A partir desses dados, e da análise de risco desse patrimônio, propõem-se a delimitação de um conjunto urbano na Rua Outono, área que concentra as residências das décadas de 1940 até 1960, além da aplicação de instrumentos de proteção ao patrimônio no Carmo.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico; Belo Horizonte; Carmo

1. Introdução

As cidades, que nas primeiras décadas do IPHAN eram pensadas e tornadas patrimônio com base na noção de excepcionalidade e valor estético, passam a ser vistas sob perspectiva de seu valor enquanto documento (vestígios materiais urbanos) capazes de contar o processo social e cultural de ocupação do território nacional e que por isso, deveriam ser preservados como fonte para a produção de conhecimento sobre a história (CHUVA,2017,apud. OLIVEIRA,2020).

O conceito de cidade documento abordado por Chuva (2017) ampliou a perspectiva acerca do patrimônio que deixa de ser considerado apenas pelo seu valor de excepcionalidade e passa a ser valorizado vestígio da história. Essa história pode ser contada por meio de edificações de diferentes épocas e estilos, que refletem modos de viver, pensamentos e tendências da época da construção e por isso são consideradas patrimônios.

Esse conceito de cidade documento exerce influencia nas medidas de proteção ao patrimônio no Brasil a partir da década de 80. Em Belo Horizontes na década de 90 surgem diversas medidas e projetos para a proteção do patrimônio arquitetônico, sendo que em 1994 há o tombamento de diversos conjuntos urbanos na cidade. Essa pratica mostra a prevalência da noção de ambiência e paisagem cultural em oposição a valores de excepcionalidade e da unicidade (ANDRADE e ARROYO,2012).

A preservação do patrimônio, no entanto, não é garantida apenas por instrumentos legais, como o tombamento, e é possível observar é um grande número de edifícios tombados abandonados e em processo de descaracterização. De acordo com Oliveira (2020), o patrimônio arquitetônico compõe a maior parte dos imóveis desocupados no centro da cidade. Diante disso, o objetivo inicial era levantar essas edificações tombadas em situação de abandono.

Para isso, foi feito um levantamento geral sobre o patrimônio arquitetônico em Belo Horizonte. Primeiramente foi realizado um mapeamento das edificações tombadas em nível municipal, com base nos dados informados pelo Site Guia do Bem. No entanto, esse levantamento encontra-se desatualizado uma vez que os dados se referem a 2017 e não levem em considerações tombamentos que ocorrerem nos últimos quatro anos.

Além de desatualizados, os dados do Site Guia do Bem se referem apenas ao patrimônio tombado, não oferecendo informações sobre o patrimônio arquitetônico que não está protegido pela legislação municipal. Diante disso, buscaram-se outras fontes de levantamento e estudos o patrimônio da cidade que estivessem disponíveis online.

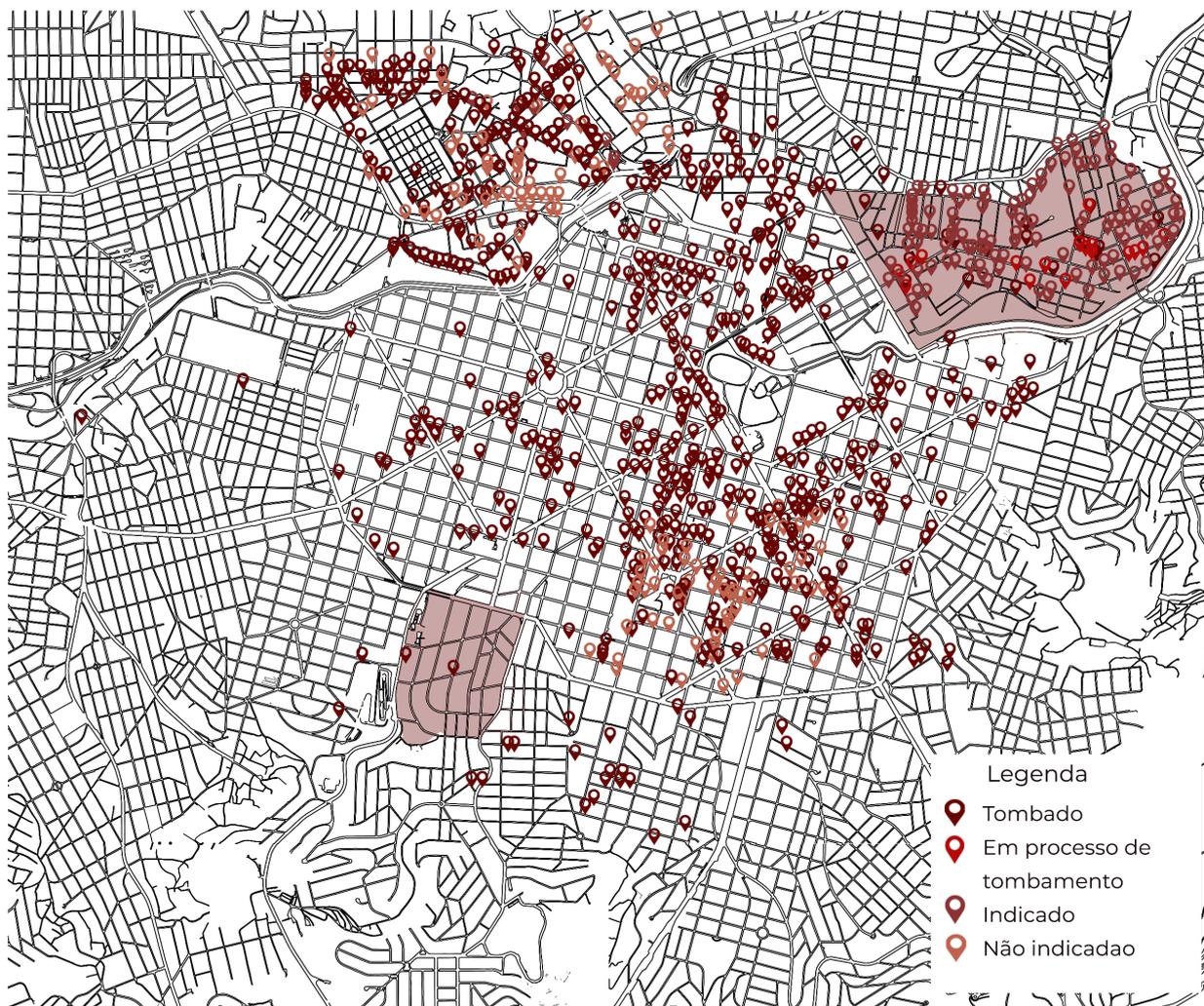
Nota-se que nos últimos anos houve vários estudos sobre o patrimônio dos bairros da região Leste de Belo Horizonte, principalmente do bairro Lagoinha, construindo-se assim uma base de dados sobre essa área. Em 2017, foi realizado um estudo e um mapeamento pelo projeto Casas da Lagoinha com o intuito de levantar os dados sobre o patrimônio dessa região e então desenvolver um dossiê de tombamento.

Esse processo resultou na criação do Conjunto Urbano bairros Lagoinha, Carlos Prates e Bonfim e no tombamento de diversas edificações. No levantamento do conjunto urbano, além dos dados das novas edificações tombadas, foram mapeadas também as edificações indicadas para tombamento e edificações que tem características e elementos de importância histórica e/ou arquitetônica, mas que não foram indicadas, apenas registradas.

Outro estudo realizado recentemente foi do projeto “Quanto Tempo dura um Bairro”, o qual fez um levantamento sobre o patrimônio dos bairros Lagoinha, Santa Tereza e Savassi. Assim como o mapeamento mostrado anteriormente, esse não se restringe apenas aos imóveis tombados.

A partir desses dados coletados, elaborou-se um mapa sobre o patrimônio arquitetônico em Belo Horizonte. Nele é possível perceber a concentração do patrimônio na área dentro da Avenida do Contorno e na região Leste em bairros como Floresta, Santa Tereza, Lagoinha e Bonfim.

Figura 1: Mapeamento patrimônio arquitetônico em Belo Horizonte



Fonte:Elaborado pela autora

Essa centralização do patrimônio arquitetônico na antiga zona urbana (região dentro do limite da Avenida do Contorno) em detrimento a zona suburna (exterior ao limite da Contorno) pode ser resultado da origem de Belo Horizonte e a forma que a cidade foi planejada e ocupada,

O fato de Belo Horizonte ser uma cidade planejada fez com que seu traçado e algumas construções guardassem fortemente a marca de suas origens. Essa é uma das razões que explica o fato da política municipal do patrimônio ter privilegiado o traçado do plano e as primeiras construções situadas no interior da zona urbana (ANDRADE;ARROYO,2012,p. 21).

Ainda segundo Andrade e Arroyo (2012), outro motivo é a concentração de construções monumentais na zona urbana. O reconhecimento da população dessa área como patrimônio

também foi um fator que corroborou para a aplicação de instrumentos legais para proteção da região.

Dessa forma, a política municipal da década de 1980 optou em focar-se em ações de proteção em edifício ou lugares que articulasse, ao longo do tempo, a história da ocupação da cidade como base em seu projeto original, ou seja, a área dentro da Avenida do Contorno. Tendo como referência o traçado original da zona urbana, ainda mantido, foram organizados os conjuntos urbanos (ANDRADE; ARROYO, 2012,p.75).

O grande número de edificações apontadas no mapeamento nos bairros a norte da zona urbana (Lagoinha, Bonfim, Santa Tereza) ocorre devido a movimentos iniciados nos anos 90, muitas vezes liderados por grupos da sociedade civil para a preservação do patrimônio. Um exemplo disso é a atuação em 1996 do movimento 'Salve Santa Tereza', formado por moradores do bairro que temiam a descaracterização do bairro com o processo de verticalização dele, e que teve como resultado a aprovação da lei que estabeleceu o Santa Tereza como área de diretrizes especiais (ANDRADE e ARROYO,2012).

Diante disso é possível observar a ausência de dados sobre o patrimônio arquitetônico nos bairros pericentrais, especialmente localizadas ao sul da zona urbana com exceção do bairro Cidade Jardim que constitui uma ADE. Nesses bairros há poucos edifícios tombados, sendo que em alguns casos, como no São Lucas e no Cruzeiro, não há edificações tombadas.

A percepção da ausência de dados sobre o patrimônio arquitetônico nos bairros pericentrais fez com que o foco do trabalho mudasse. A situação de abandono do patrimônio desses bairros se dá primeiramente pela falta de dados e instrumentos de proteção sobre essas edificações. Diante disso, questiona-se qual é a situação do patrimônio nesses bairros pericentrais? E como fazer o reconhecimento desse patrimônio?

A fim de compreender essas questões, foi delimitada uma área de estudo de menor, com a escolha de um bairro para aprofundar o estudo e realizar um levantamento de dados e um inventário. O bairro escolhido foi o Carmo devido à demanda de estudos sobre esse bairro e pelo fato de ser uma área pequena, tornando o trabalho viável.

Deve-se ressaltar que devido à pandemia do Covid-19 não foi possível ter acesso a documentos dos órgãos de patrimônio municipal e estadual, a bibliotecas e acervos públicos. Dessa forma, a metodologia de inventário arquitetônico do bairro estrutura-se por meio de levantamento bibliográfico sobre a história do bairro, visita a campo, levantamento

fotográfico (in loco e por meio de plataformas digitais como Google Street View). Além disso, foi realizado mapeamento categorizando o tipo de uso, o grau de verticalização e a linguagem arquitetônica das edificações.

2. História do bairro Carmo

O bairro Carmo está localizado na região sul de Belo Horizonte, tem como limite as avenidas Nossa Senhora do Carmo e Contorno e as Ruas Rio Verde e Pium-í, e tem como vizinho os bairros Sion, Savassi, São Pedro e Anchieta.

No plano original de Belo Horizonte, o bairro estava na 2ª Seção Suburbana e na Colônia Agrícola Adalberto Ferraz. Essa colônia agrícola foi criada para abastecimento da capital; no entanto, a maioria dos sítios que deveriam ser implantados na região não foram implementados por falta de apoio do governo. Na década de 1910, a região era pouco habitada, “os bairros São Pedro e Carmo, que faziam parte da 2ª Seção Suburbana, que, em 1911, não possuía mais do que 90 casas” (APCBH,2008).

Essa região começa a mudar a partir do final da década de 1920, quando as atividades agrícolas já haviam sido encerradas, e os bairros mais próximos à Avenida do Contorno, como o Carmo, Anchieta e São Pedro, começam a ser urbanizados e ocupados por residências (APCBH, 2008). Nessa época o bairro Carmo se chamava Mendonça.

A transformação do bairro se intensifica na década de 1940 com a construção da Igreja Nossa Senhora do Carmo. No ano de 1939, Frei Canísio Mulderman, provincial dos Carmelitas, visitou Belo Horizonte para decidir o local da nova paróquia da ordem Carmelita. Após ter visitado vários bairros da cidade, escolheu-se o bairro Mendonça (que mais tarde mudaria de nome para Carmo) como o local para a construção da igreja.

Dessa forma, no ano seguinte, foi expedido um decreto criando-se a paróquia Nossa Senhora do Carmo, sendo que, em maio de 1941, houve a celebração da primeira missa em uma construção provisória, inaugurando assim a igreja,

Foi naquela casinha simples caiada de branco e apenas uma porta principal e duas janelas na fachada que aquela gente esquecida do Mendonça começou a andar com fé, a se congregar através das associações religiosas e das atividades das paróquias (VILLAS, 2008, p. 39).

A ideia, no entanto, era construir uma grande igreja e em 1946 foi lançada a pedra fundamental para a construção desta. Para captar recursos, criou-se um pequeno cinema, o Cine Carmo, e os lucros eram revertidos para cobrir os gastos com a obra da nova igreja.

Além do cinema, havia feiras para captação de recursos e, com isso, a igreja, além de sua importância religiosa, obteve uma importância na vida social e no lazer dos moradores do bairro, “a Igreja do Carmo acabou virando o xodó, o coração e a alma do bairro” (VILLAS, 2008, p. 41). Diante disso, o bairro mudou de nome, antes Mendonça tornou-se Carmo.

Devido à dificuldade de captação de recursos, a obra durou 17 anos (sendo inaugurada em 1965) e durante esse período sofreu algumas modificações, como a mudança da entrada principal: “projetada inicialmente para ter sua frente virada para Rua Grão Mogol, o projeto foi invertido com assim que confirmaram a transformação da BR-3 em Avenida Nossa Senhora do Carmo, com sua frente agora virada para a grande avenida” (VILLAS, 2008, p. 55).

Durante o período da construção da igreja, o bairro sofreu muitas mudanças. No início dos anos 40, o bairro tinha muitas casas, lotes vagos e as ruas não eram asfaltadas. Esse cenário mudou na década seguinte, sendo que nos anos 1950 a prefeitura pavimentou e fez o calçamento do passeio:

Um dia a Rua Rio Verde amanheceu em obras. Funcionários da prefeitura começaram a colocar paralelepípedos na rua num desenho lógico e caprichado. Depois vieram os meios fios e com eles as calçadas. Cada morador deixou na calçada dois canteiros prontos para receber as árvores que logo foram providenciadas pelo prefeito Bento Gonçalves Filho. (VILLAS, 2008, p. 11)

As obras não aconteciam apenas nas ruas e nas avenidas, nessa época diversos lotes vagos foram ocupados e diversas casas foram construídas:

Visto do alto, o Carmo era um verdadeiro canteiro de obras. Muitos compradores daqueles terrenos eram engenheiros civis e eles mesmo projetavam seus sonhos. Casas com sala ampla, copa, escritório, três ou quatro quartos, cozinha espaçosa, garagem, jardim na frente e terreiro nos fundos. Mas todas elas tinham apenas um banheiro (VILLAS, 2008, p. 19).

Apesar das mudanças, o bairro mantinha seu caráter residencial, tendo poucos comércios. A tipologia predominante era residências uni familiares de um pavimento com o espaço interno semelhante ao descrito acima.

Na década de 1950 foram feitas diversas obras urbanas nas proximidades do bairro, como a canalização do Córrego Acaba Mundo, que possibilitou a construção da BR-3, atual Avenida Senhora do Carmo. Essa era uma estrada muito importante, uma vez que ligava Belo Horizonte ao Rio de Janeiro (na época a capital do país). A estrada foi construída no local

onde havia plantações de mamonas e um riacho e teve grande impacto na paisagem do bairro, e foi inaugurada em 1958.

Além da inauguração da igreja e da BR-3, no final dos anos 1950, outra construção que teve grande impacto na vida dos moradores do bairro foi inaugurada: o Clube dos Viajantes. Esse clube ficava no bairro Lagoinha, mas mudaram para o Carmo pois queriam expandir sua sede. Mais tarde, o clube mudou de nome para Clube Recreativo Mineiro (nome atual).

O Clube dos Viajantes acabou mudando um pouco a cara do bairro. Se antes os moradores pegavam seus automóveis para ir nadar no Minas Tênis Clube, agora muitos iam a pé até o Viajante aproveitando os dias de sol (VILLAS, 2008, p. 61).

Todas essas mudanças atraíram mais moradores para a região e o bairro começou a crescer e atrair comerciantes. Começou a surgir no bairro um comércio local, com farmácias, padarias, mercadinhos, armazéns e bares:

Aos poucos o bairro do Carmo ia ganhando vida e o que dava mais vida às ruas era o comércio. Se no início dos anos 50, o meu pai subia uma Rua Grão Mogol quase deserta, nos anos 1960 a história era outra. Lojas começaram a pipocar aqui e lá e o bairro ia ganhando cara de bairro mesmo (VILLAS, 2008, p. 30).

Foi na década de 1960 que o novo prédio do Grupo Escolar Presidente Antônio Carlos foi inaugurado na Rua Passatempo. A escola, que já funcionava no bairro desde os anos 50, começou a funcionar no prédio de dois andares em 1965.

Na década de 1970, o comércio ocupou um espaço maior no bairro. Foi a partir dessa década também que se iniciou o processo de verticalização do bairro que acontece até hoje. Os primeiros prédios apareceram na Rua Campanha, eram prédios de 2 a 3 pavimentos.

Esse processo de verticalização iniciado na década de 70 se intensificou nos anos seguintes, havendo a construção de diversos edifícios de grande porte a partir da década de 90, modificando a paisagem do bairro.

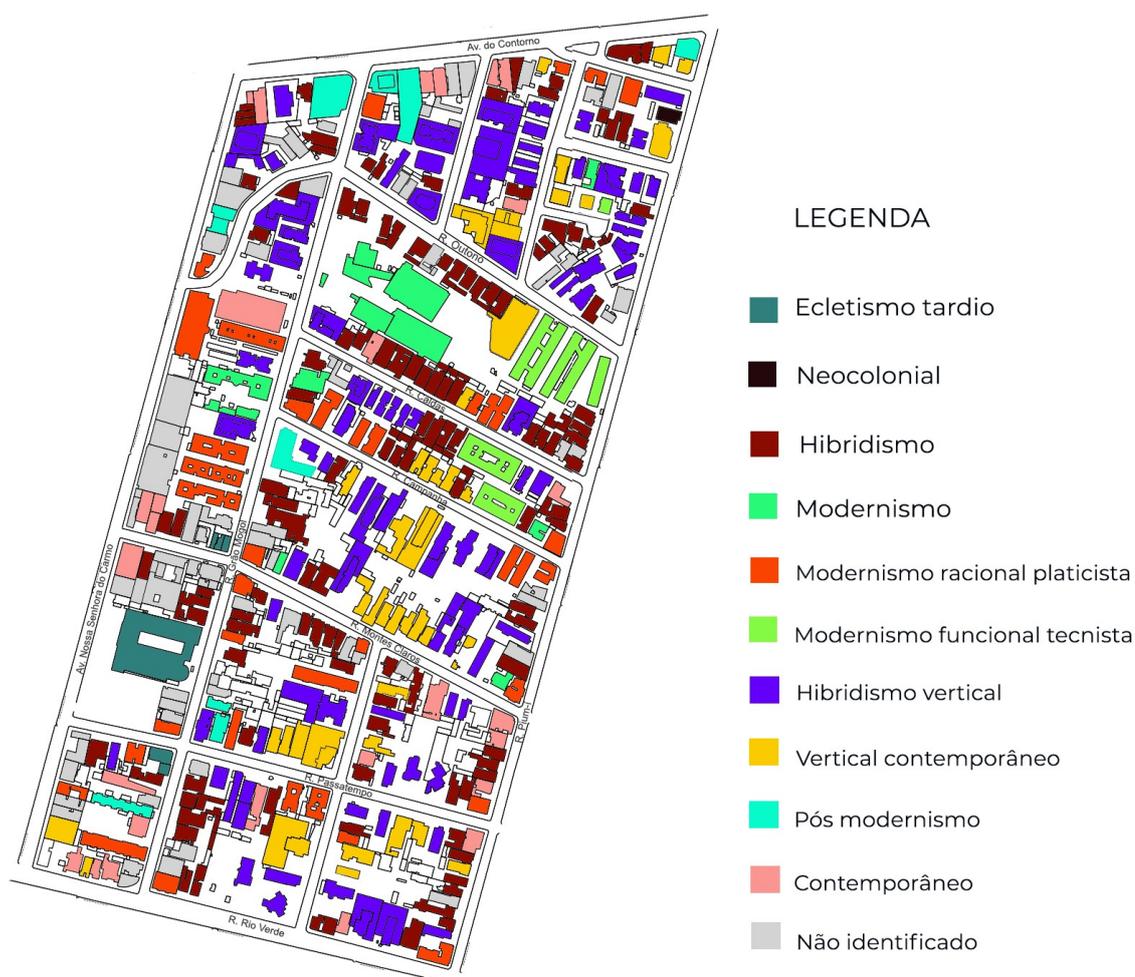
3. Situação do Carmo

Apesar das diversas mudanças sofridas ao longo dos anos, o Carmo manteve a característica de ser um bairro residencial. No entanto, há mais edificações verticais multifamiliares do que residências uni familiares. Como é possível observar na Figura 2, o bairro concentra residenciais nas vias coletoras, como as Ruas Caldas, Campanha, Rio Verde, Passatempo. Já nas duas vias arteriais, que são as principais do bairro, as Ruas

As nomeações de algumas categorias foram feitas a partir do estilo arquitetônico que aquela linguagem correspondia (como nas categorias ecletismo tardio, neocolonial, modernismo). No entanto, em algumas categorias esse estilo não era observado de maneira clara e nesses casos as categorias foram nominadas de acordo com as características mais marcantes (como no caso das categorias hibridismo, vertical híbrido e vertical contemporâneo).

A análise, no entanto, foi dificultada pelo nível de modificações que algumas edificações sofreram e a intervenções como placas comerciais que prejudicam a visibilidade das fachadas. Essas edificações foram categorizadas como não identificadas.

Figura 4: Mapa linguagem arquitetônica do Carmo



Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se a presença de poucas edificações ecléticas no bairro. Isso pode ser justificado pela ocupação tardia no bairro, uma vez que essa ocorreu a partir dos anos 1940, quando o ecletismo já não era mais comum nas novas edificações. Há uma casa eclética no limite do bairro, na Rua Pium-í a qual apresenta elementos típicos das residências ecléticas, como entrada pelo alpendre e pintura parietal, janelas e portas com bandeiras fixas.

Nas outras edificações do bairro, observa-se a linguagem do ecletismo tardio bem mais simplificado, com a predominância de frisos horizontais na fachada. Uma edificação da Rua Passatempo, por exemplo, apresenta um frontão bem simples, em que nota-se uma geometrização do desenho deste, e embora não possua nenhuma ornamentação na fachada, apresenta moldura nas aberturas.

Outra categoria que apresenta poucos exemplares é a neocolonial, que é representada apenas por uma casa, tombada em nível municipal. A casa apresenta elementos típicos do neocolonial, como cornija sinuosa, medalhão, colunas torsas, frontão recurvado.

A categoria denominada hibridismo contém edificações que provavelmente foram construídas entre os anos 1940 e os anos 1960 e tem influência de diversos estilos arquitetônicos, tais como ecletismo tardio, neocolonial, e protomoderno. Em geral, essas residências têm de um a dois pavimentos, afastamento frontal e lateral e telhado em quatro águas.

Algumas dessas residências apresentam medalhões nas fachadas e colunas com a base retorcida e o capitel jônico, o que pode ser considerado uma influência do estilo neocolonial. Outras apresentam elementos no telhado que remetem às cachorradas presentes nas casas ecléticas. Nota-se também a presença de um avarandado com arco na fachada frontal que faz a transição entre a parte externa e a porta principal da edificação. Além dos elementos do ecletismo e do neocolonial, nota-se nessas residências a influência do *art déco* através da ausência de ornamentação rebuscada na fachada e na presença de formas geométricas puras e frisos horizontais ou verticais.

A categoria seguinte, o modernismo, apresenta como exemplo mais emblemático uma antiga residência na Rua Grão Mogol, projeto do arquiteto Luiz Pinto Coelho, de 1954. Essa edificação apresenta diversos elementos característicos do modernismo, como brises na janela, marquises inclinadas e na parte da frente uma marquise ondulada.

Observa-se também a presença de residências com elementos do modernismo menos elaborados, e essas podem ser categorizadas como 'modernismo popular' (LARA, 2005). De

acordo com Lara (2005), o modernismo popular surge no contexto de 1945 a 1961, e foi fortemente difundido nas residências da classe média. Tem como característica o uso de elementos do modernismo, principalmente na fachada, com a apropriação desse vocabulário e a replicação desses elementos estéticos.

Essas casas apresentam “composição de fachada muito elaborada, geralmente com um ou dois volumes trapezoidais definidos por diferentes inclinações no telhado” (LARA, 2005, p. 174). No entanto, o mais comum no bairro é o telhado invertido ou borboleta. Destaca-se na fachada o uso das marquises ou das lajes para definir o espaço da varanda, ou o espaço de transição entre o lado exterior e o interior da residência, o que demonstra uma preocupação dos moradores com a privacidade. Essa preocupação pode ser o motivo para a ausência de grandes janelas em fita nessas residências. As janelas em fita aparecem apenas em um edifício modernista no bairro que, além desses elementos, apresenta telhado em borboleta, pilares em V que apoiam a marquise que avança sobre a rua.

As categorias seguintes caracterizam as linguagens arquitetônicas dos prédios do bairro. Como foi observado anteriormente, o bairro passa por um processo de verticalização acelerada desde a década de 1960, dessa forma os edifícios presentes no bairro têm diferentes linguagens, que se modificam com o passar dos anos. Por isso, os prédios do Carmo foram classificados em quatro categorias, sendo as duas primeiras categorias fases diferentes do modernismo descritas pelo autor Passos em seu livro ‘Edifícios de Apartamento de Belo Horizonte, 1939- 1976’(1988).

A primeira categoria é o “modernismo racional plasticista” (PASSOS, 1998) e é composta por edificações que foram construídos na década de 1950 até o início dos anos 1960 e se concentram nos bairros residenciais de classe média (que predominam na Zona Sul da cidade). Destaca-se que esses foram os primeiros edifícios do bairro, uma vez que até 1950 a região era ocupada por residências uni familiares.

Consistem em edifícios de pequeno porte (de 3 a 4 pavimentos), e no tratamento volumétrico da fachada frontal, com diferença de planos,

A configuração externa buscava afigurar uma montagem de planos, sugerindo justaposições, superposições e intersecções, através de diferenças de posição – ressaltos – e cores. Tais arranjos eram orientados por um sistema de organização baseado no agrupamento livre, não assimétrico, dos elementos, que tinham por referência os processos mecânicos de montagem e a poética do Neoplasticismo (PASSOS, 1998, p. 95).

Apresenta como característica marcante a implantação sem afastamento frontal (o qual não era obrigatório por lei), tendo o primeiro pavimento no nível da rua, o prolongamento das lajes do segundo pavimento além das paredes externas, avançando na rua e com isso, um maior dinamismo no volume da edificação.

A categoria seguinte, “modernismo funcional tecnicista” (PASSOS, 1998), refere-se a edificações do início dos anos 1960 até a metade da década de 1970. Caracterizam-se pela repetição de elementos na fachada, a redução do dinamismo na fachada (em comparação a categoria anterior). Essa simplificação é consequência do predomínio dos fatores técnicos da produção industrial (PASSOS, 1998).

Os exemplos presentes no bairro dessa categoria são edificações de médio porte (de 3 a 6 pavimentos), com volumes mais horizontais. A maioria não apresenta afastamento frontal, mas apresenta afastamento lateral onde se encontra a garagem. Algumas fachadas apresentam malha ortogonal, lajes e paredes salientes, demarcação de planos através de diferentes acabamentos, prolongamento das lajes marcando linhas horizontais (PASSOS, 1998), além da presença de marquises vazadas.

A categoria hibridismo vertical, refere-se a edificações construídas a partir da década de 1980. Nesses edifícios é possível notar que a linguagem arquitetônica adotada é voltada para atender as demandas do mercado imobiliário, com o uso de revestimentos externos diversos, priorizando os que estavam na moda na época, como a cerâmica colorida. Busca-se nessas construções obter o máximo uso do potencial construtivo do lote; dessa forma, as edificações são de grande porte (a maioria tendo mais de 10 andares). Os prédios tem afastamento frontal, onde é implantado um jardim, e pilotis (que é influência da arquitetura moderna).

Os edifícios da categoria vertical contemporâneo são mais recentes, construídos a partir dos anos 2000 e seguem a mesma lógica mercadológica da categoria anterior. A diferença principal observada é a modificação na estética desses prédios, que se dá para atender às tendências do mercado. Dessa forma, observa-se na fachada o uso de cores mais neutras, predominando o branco, e diminuindo o uso das pastilhas cerâmicas coloridas. Nas janelas e varandas emprega-se o uso da vidraça verde ou azul, sendo em alguns casos observados planos de vidro. Há também a retomada do dinamismo no volume da edificação, que deixa de ser um bloco retangular regular e apresenta a extrusão de alguns volumes.

As edificações pós-modernas são caracterizadas pelo uso de volumes e formas curvas, uso de cores vivas. No Carmo, essa categoria é formada por edificações de serviço ou de

comércio e o exemplo que mais se destaca é uma galeria construída em 1993, cujo projeto é dos arquitetos Alvaro Hardy Filho (Veveco) e Mariza Machado Coelho. Nota-se na Avenida do Contorno a presença de alguns exemplares do pós-modernismo, com uso das formas geométricas para a ornamentação da fachada e diferentes volumes compondo a fachada.

Por fim, a categoria contemporânea, em sua maioria compreende em edificações que não sejam residenciais, construídas a partir de 2000. Nota-se uma grande diversidade de linguagem dessas edificações, tendo algumas fachadas mais sóbrias, fachadas em vidro e em materiais metálicos, como containers. Observa-se também que os projetos contemporâneos se destacam por sua autoria e pela manifestação de um traço, uma linguagem especial (que reflete o tipo de uso do edifício).

Além desses mapeamentos, também foi feito o levantamento do patrimônio arquitetônico protegido por lei do bairro. Há cinco edificações tombadas no Carmo, duas casas modernistas, localizadas na Rua Grão Mogol e na Caldas, o edifício principal do clube Recreativo que também é modernista, e outras duas residências na Rua Pium-í, uma eclética e outra neocolonial.

No entanto, há outras edificações que tem importância histórica, cultural e arquitetônica que não são tombadas. Um exemplo disso é a Igreja do Carmo, que além de ser importante para a história do bairro, é um local de referência para os moradores do bairro. Além disso, há na Rua Outono uma concentração de casas que datam do início dos anos 40 e que tem um valor histórico por serem datadas do início da ocupação do bairro.

4. Considerações Finais

Diante dos dados levantados e apresentados, são evidentes as mudanças que o Carmo sofreu nas últimas décadas. Nota-se a partir dos anos 1960 um processo de diversificação dos usos, inicialmente o bairro que era ocupado por residências uni familiares, e houve um aumento no uso comercial e no uso de serviços, principalmente serviços como restaurantes e bares. Apesar dessa transformação, o Carmo ainda mantém a característica de ser um bairro predominantemente residencial.

Nessa época também se iniciou o processo de verticalização, que se intensificou no século XXI, fazendo com que muitas das residências do início da ocupação do bairro fossem demolidas e substituídas por edifícios residenciais. Isso gerou a desconstrução da antiga paisagem do bairro, de casas construídas nos anos 1940 até os anos 1960.

Essa substituição pode gerar um apagamento da história do bairro, que fica evidente na variedade das linguagens arquitetônicas das edificações do bairro, que refletem a época das suas construções.

A partir dessa problemática, deve-se pensar na situação do patrimônio arquitetônico dessa região. Salvo algumas edificações que estão tombadas em nível municipal, as outras edificações que tem importância histórica e arquitetônica correm o risco de serem demolidas. No caso das casas da Rua Outono faz-se necessário a criação de um conjunto urbano nessa rua para preservar as residências e a homogeneidade da área.

Por fim, esse estudo feito sobre o Carmo demonstra a importância da ação de documentação e registro das histórias e do patrimônio dos bairros pericentrais. Esses bairros muitas vezes negligenciados devem ser estudados para impedir que o patrimônio arquitetônico deles seja destruído e a história apagada.

5. Referencias Bibliográfica

ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu (org.). Bairros Pericentrais de Belo Horizonte: Patrimônio, território e modos de vida. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. 404 p.

APCBH. História dos bairros de Belo Horizonte: região Centro Sul. Belo Horizonte, 2008

ARQBH. Disponível em <<http://www.arqbh.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2021

BAIRROS DE BELO HORIZONTE. Avenidas e ruas de BH, sd. Disponível em:<https://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/avenidas-e-ruas-debh/?utm_source=copy&utm_medium=paste&utm_campaign=copypaste&utm_content=https%3A%2F%2Fbairrosdebelohorizonte.webnode.com.br%2Favenidas-e-ruas-de-bh-%2F>. Acesso em: 3 fev. 2021.

CASAS DA LAGOINHA. O conjunto urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Disponível em <<https://www.casasdalagoinha.com.br/post-unico/2019/03/05/o-conjunto-urbano-lagoinha-bonfim-e-carlos-prates>>. Acesso de 05 de janeiro de 2021

Guia do Bem. Disponível em <<https://guiadobem.org/>>. Acesso em: 10 de dez. de 2020

IGREJA DO CARMO. História da Igreja. Disponível em < >. Acesso em: 10 de fev. 2021

LARA, Fernando Luiz Camargos. Modernismo popular: elogio ou imitação?. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 12, n. 13, p. 171-184, 2005.

OLIVEIRA, Raquel Elizabeth Byrro. Dossiê de Ausência: O Patrimônio Arquitetônico Urbano Em Condição De Vacância Na Região Central De Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2020.

PASSOS, Luiz Mauro do Carmo. Edifícios de apartamentos: Belo Horizonte, 1939-1976: Formação e transformações tipológicas na arquitetura da cidade. 1. ed. Belo Horizonte: AP Cultural, 1998. 170 p.

Quanto Dura. Disponível em <<https://quantodura.com.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

VILLAS, Alberto. BH. A cidade de cada um: Carmo. 1. ed. Belo Horizonte: Conceito, 2008. 80 p.